

A Igreja de Santa Maria da Virtudes: diversas temporalidades de um local de devoção

Logo no início deste ano lectivo, o senhor Professor José Adriano de Carvalho teve a bondade de me convidar para realizar no Centro interuniversitário de História da Espiritualidade uma palestra que se integrasse no vasto tema «Espiritualidade: Práticas e lugares». E, com a sua habitual disponibilidade intelectual e respeito pelo trabalho dos colegas, dizia-me que nesse âmbito cabiam – e passo a citar – «devoções..., jardins..., desertos..., festas..., tratados de oração..., etc.».

Este trabalho resulta da palestra proferida por mim no Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade no dia 28 de Janeiro. Nessa ocasião ficou claro o interesse em tentar conhecer o conjunto das construções de que nos fala a documentação escrita, tendo em conta os recentes trabalhos de intervenção arqueológica no local. Para isso solicitei a colaboração de um grupo de especialistas, o qual integra antigos e actuais discentes da Variante de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa. Trata-se, pois, de um escrito interdisciplinar e, também, de uma grata solidariedade (baseada na qualidade do trabalho) com diversas gerações de alunos.

I

Nós, os historiadores, sabemos quão frustrante é a busca do «espírito» na documentação em que prioritariamente trabalhamos. Não nos referimos à produção dita literária, ou a obras normativas ou mesmo à cronística – pois nestas os autores não raramente nos falam do «espírito» – mas sim às fontes primárias para o nosso trabalho, nomeadamente para o do historiador da Idade Média e da Idade Moderna: a documentação da chancelaria régia e eclesiástica. Nas cartas nomeações, ou nas cartas de aforamento ou de perdão, ou nas doações, ou nos testamentos... (nesse conjunto de documentação sistematizado por Armando Carvalho Homem), o espírito de Deus está bem escondido.

Todavia, não devemos cair no erro de buscar a história de um «espírito» alheio (se não mesmo contrário) à Igreja enquanto instituição. Ao longo da História alguns movimentos heréticos consideraram a Igreja como um

simples corpo místico sem quaisquer implicações terrenas, procurando reduzir o seu carácter «mundano» através da abolição de qualquer vínculo de governo, propriedades ou direito. Os Fraticelli são disso um bom exemplo¹. Pelo contrário, a Igreja vive no espaço e no tempo, naturalmente inserida neste contexto, que é de mentalidades, que é político, social, jurídico. Numa permanente tensão entre os apelos do espírito e as fraquezas da carne, sem perder de vista que *está* no mundo sem *ser* do mundo, a Igreja «ortodoxa» participa do sistema socio-económico vigente, respondendo assim às necessidades dos fiéis num tempo e num espaço concretos.

Assim acontece também na Igreja do Portugal tardo-medieval, na qual se situa o breve estudo agora apresentado; assim sucede, também, no caso² que estudamos, isto é, o do ermitério (igreja e mosteiro, a que se juntou um hospital e paços reais) de Santa Maria das Virtudes, o qual vamos acompanhar nos tempos da sua fundação e consolidação: desde o tempo em que D. Duarte, ainda infante, pugna pela construção da igreja e da casa franciscana, até à prova do seu prestígio como refúgio consolador, quando, em 1492, D. Leonor aí vai chorar a morte do filho.

O estudo da religiosidade popular³ – revalorizado no âmbito eclesial a partir de finais dos anos 60 e, presentemente, uma «moda» na historiografia europeia⁴ –, permite-nos descobrir a dimensão quotidiana do «espírito». Isto é tanto mais óbvio quanto estas manifestações religiosas estão frequentemente ligadas a um local concreto, onde o povo mais facilmente sente a presença de Deus: uma ermida ou uma igreja, por vezes relacionadas com uma imagem da Virgem ou de algum santo, nas quais se manifesta o divino e em redor da qual

¹ Assim o lembra Walter ULLMANN no seu clássico *Principios de Gobierno y Política en la Edad Media* (Madrid, 1971, 100).

² Para os menos acostumados à gíria dos historiadores, convém lembrar que a palavra tem conotações metodológicas, dizendo-se «case history» quando o investigador se serve de um caso concreto de processos complexos para exemplificar um pressuposto global. Um conceito vindo da sociologia, e adaptado para contrariar uma suspeita historiografia globalizante. Enfim, e apesar de usarmos o conceito, preferiríamos dizer que deste «caso» e de outros poderemos formar algumas linhas de força da vivência religiosa medieval.

³ Ver a abordagem metodológica e pastoral feita por Manuel CLEMENTE, *A Religiosidade Popular (Notas para ajudar ao seu entendimento)*, Lisboa, Cadernos P. A. P., nº 8, 1978. O A. define (4) religiosidade popular como a expressão da busca de Deus e da fé própria de cada cultura, entendendo por cultura a visão e interpretação do mundo conforme as tradições recebidas e desenvolvidas por cada grupo. Apraz-me particularmente citar este estudo do meu caro colega na licenciatura em História na Faculdade de Letras de Lisboa, nas vésperas da sua ordenação episcopal (22 de Janeiro de 2000).

⁴ *Communio* – Revista Internacional Católica (Ano XIV, nº 4, 1997), e em particular o artigo de Pedro PENTEADO, *A construção da memória nos centros de peregrinação*.

se organiza um tempo sagrado pautado por romarias ou peregrinações⁵, numa teia de afectividade e de sociabilidades tão ligadas à vivência do catolicismo (afinal tão características da espiritualidade medieval), em pleno contraste com a das comunidades do protestantismo tradicional.

Existirá, pois, um determinado local com apetências para chamar a si, desenvolver e consolidar a afluência de fiéis. E, se o pressuposto primeiro para a existência de um santuário é a hierofania que mencionámos, não menos importante são as condições que, geradas pelo culto, o irão divulgar e sustentar: edifícios, alfaias, bens que suportam o clero ao seu serviço, fiéis (leigos ou eclesiásticos) encarregues da gestão do seu património.

Voltemos ao que temos para vos apresentar. Referimos «Nossa Senhora das Virtudes»: ermitério? igreja? mosteiro? hospital? A diversidade da designação exprime a própria evolução desse local sagrado: desde o começo do século XV, a afluência de fiéis e o favor régio irão converter o ermitério primitivo em igreja, junto da qual será fundado um mosteiro⁶ e, logo, um hospital. O espaço dinamiza-se ainda através da construção de paços reais e da instituição de uma feira anual. Santa Maria das Virtudes ficava num ermo insalubre, que a manifestação visível da divindade e a piedade dos homens transformou em local de morada e de peregrinação de multidões.

As fontes disponíveis para o estudo deste fenómeno são as narrativas de Frei Manuel da Esperança na sua *História Seráfica*⁷, breves referências na *Crónica de D. João II* de Garcia de Resende, súplicas régias despachadas pela cúria papal e existentes no Arquivo Secreto do Vaticano, vária documentação de origem régia conservada na Torre do Tombo e, finalmente, as estruturas construídas remanescentes e os materiais arqueológicos recentemente exumados.

A primeira referência documental que conhecemos é uma súplica de D. Duarte, ainda infante, a Martinho V, despachada favoravelmente em Génova, a

⁵ Sobre os conceitos de «peregrinação» e de «romaria», assim como sobre as raízes e valores que a religiosidade popular integra, vd. Manuel CLEMENTE, *A Religiosidade Popular (Notas para ajudar o seu entendimento)*, ed. cit.

⁶ «convento» é a designação usada, já no séc. XVII, por Frei Manuel da ESPERANÇA (*Historia Seráfica...*, 2ª Parte, Lisboa, 1666, Livro XI, Cap. XI a XVII, 570-588). Nós preferimos a palavra medieval, apropriada à realidade franciscana, que é «mosteiro».

⁷ Vítor Reis Gomes TEIXEIRA, *O Maravilhoso no mundo franciscano português da Baixa Idade Média*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentado à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1995 (ex. policopiado), 54 e 76 refere a presença deste santuário em Frei Manuel da Esperança e a insistência do cronista nas zonas compreendidas no triângulo Alenquer, Lisboa e Santarém.

27 de Agosto de 1418⁸, pedindo que o antigo ermitério fique isento de obediência ao mosteiro de Santos, da Ordem de Santiago (seu patrono) e à Igreja de Aveiras, em cuja paróquia se situava. Este documento, porém, dá-nos testemunho de duas realidades anteriores, aliás relacionadas. Uma, é o facto de ter existido um ermitério sob invocação de Santa Maria das Virtudes, no qual «o omnipotente Deus realizava muitos milagres»; outra, é que o infante, «por honra da Virgem Maria e pela salvação da sua alma», mandara ampliar e ornamentar o local e entregara-o à ordem de São Francisco, concedendo-lhe todas as suas rendas, assim como as doações e esmolos entregues pelos fiéis.

Temos pois um ermitério, que o cronista franciscano Frei Manuel da Esperança fez nascer da devoção a uma imagem da Virgem miraculosamente achada no ano de 1403. Sigamos o cronista até ao local: «Da estrada Real, que corta pela charneca da Azambuja ao Cartaxo, começa a descer à mão direita com passos lentos a terra» até umas valas alagadiças (a que chamam «ademas», estêreis e despovoadas num raio de, pelo menos, meia légua, que é a distância a que ficava da Azambuja e de Aveiras de Baixo. Foi nessas brenhas que um ditoso pastor⁹ achou «a clementíssima Senhora, a qual com sua presença neste deserto fez Corte, para onde concorreu infinidade de gente a pedir-lhe favores». O cronista prossegue com a descrição do achamento da imagem, que, afinal, foi assinalada ao pastor por um touro. O vaqueiro chama outros, e juntos «lhe ergueram uma ermida de ramos». A narrativa é comum, seguindo a matriz do achamento fortuito de uma imagem escondida¹⁰, acto praticado por gente simples (pastores) ou mesmo por uma besta fera que demonstra respeito pelo Criador.

A fortuna dessa ermida era previsível: à invocação do nome da Senhora, «começou Deus a fazer estupendas maravilhas naquela choupana pobre». A imagem, que se chamou primeiro de Santa Maria das Ademas, passou a chamar-se de Santa Maria das Virtudes, ou seja, dos Milagres¹¹. O cronista descreve uma figura de marfim, tão pequena que não chega a ter meio palmo,

⁸ Arquivo Secreto do Vaticano [A. S. V.], *Registra Supplicationum* [Reg. Suppl.] 117, fls. 99-99v e 100, publ. por Eduardo NUNES, *Política hospitalar de D. Duarte, sep. de A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média, Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Lisboa, 1973, Doc. 5. Todo o historial volta a ser narrado por D. Duarte em carta de Lisboa, de 2 de Abril de 1434 (IAN/TT, Gav. 1, mç. 3, n^o 19, publ. por Francisco CORREIA, *O Livro dos Milagres de N. Sr^a das Virtudes*, in *Revista da Biblioteca Nacional*, 2^a série, 3, Lisboa, 1988, 33-36).

⁹ D. Duarte, na cit. carta de 2 de Abril de 1434 chama-lhe «pobre lavrador».

¹⁰ A propósito das lendas sobre as origens dos santuários marianos vd. William A. CHRISTIAN JR., *Religiosidad local en la España de Felipe II*, Madrid, 1991 (trad. espanhola), 99.

¹¹ Cfr. a supra cit. carta de D. Duarte.

representando uma Virgem do Leite sentada no trono¹²; uma imagem que invoca a realidade da Sua vida na terra¹³.

Quiseram os devotos transferir a imagem para outro local mais salubre, mas a imagem – outro padrão das mariofanias – regressava ao local de origem. O cronista conclui que foi necessário construir aí uma ermida de pedra «a qual depois se transformou no convento»; e (lembramos nós de novo) a que se acrescentou hospital.

Estamos, pois, em presença de uma narrativa mitificada, seguindo parâmetros muito habituais. Todavia, é essa narrativa – que Frei Manuel da Esperança teria recolhido da tradição oral ou de escritos anteriores – que cristaliza e entra na História. Do que se «dizia» nos inícios do século XV, nenhuma notícia temos para além do eremitério e da sua localização, dos milagres aí presenciados¹⁴, das multidões que aí acorrem...e é com a análise destes testemunhos que iremos prosseguir.

Começemos pela consideração do local.

O conhecimento das estradas e caminhos quatrocentistas é, neste caso, suficiente para localizarmos o santuário na área de influência do troço da via que conduzia de Lisboa a Santarém, entre Azambuja e o Cartaxo, mais propriamente num triângulo formado pelas povoações da Azambuja, Ota e Aveiras. Trata-se de uma via de passagem obrigatória, como se pode constatar, por exemplo, através do estudo dos itinerários régios ou das vias de peregrinação, nomeadamente a Santiago de Compostela¹⁵.

No entanto, existia alguma distância entre Santa Maria das Virtudes e um local povoado. Frei Manuel da Esperança, como vimos, aponta meia légua até à povoação mais próxima; os testemunhos de D. Duarte, nas súplicas que dirige ao papa com vista a obter a regularização de várias situações jurisdicionais e económicas e obter diversas graças, menciona três milhas até se encontrar qualquer povoado¹⁶. Qualquer que seja a verdadeira distância – e devemos ter em conta que D. Duarte queria forçar a nota da necessidade das

¹² Disse-nos a nossa colega Maria Joana de Sousa Guedes que a imagem apresenta muitas semelhanças com a Virgem do Mont Saint Michel estudada por Jean Hani.

¹³ Sylvie BARNAY, *Les apparitions de la Vierge*, Paris, 1992, 11.

¹⁴ Mário MARTINS, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, Coimbra, 1951, 97 e 171; Francisco Correia, *O livro dos milagres de N^a Sr^a das Virtudes*, in *Revista da Biblioteca Nacional*, 2^a série, 3, Lisboa, 1988, 7-42.

¹⁵ Vd. a recente síntese de José MARQUES, com abundante bibliografia: *Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI*, in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. XIV, Porto, 1997 e em *III Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal - Anais*, Belo Horizonte, 1997 [2000], 43-67.

¹⁶ A. S. V., *Registra Lateranensia* [Reg. Lat.] 283, fls. 12-12v; *Reg. Suppl.* 229, fls. 61-62, in António Domingues de Sousa COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, Braga, 1970, 340s e por Eduardo Nunes, *Política hospitalar de D. Duarte*, ed. cit., docs. 1 e 6 (§ 2).

graças solicitadas –, ficam claras, simultaneamente, a inacessibilidade e a solidão do local, afinal uma ambiguidade constante nos santuários e locais de peregrinação, que se querem situados em *desertos* a que se chegue com algum sacrifício, mas não tanto que o caminho se torne intransponível; ou seja, um local cuja distância e acessibilidade sejam suficientemente árduas para fomentar a penitência e meditação, mas não para impedir o acesso dos devotos.

Na mesma ordem de ideias se inserem as características do lugar: valas «que recolhem as águas perdidas» do Tejo e das chuvas, lugar pior do que estéril, pois era «húmido e pantanoso»¹⁷. No entanto, fora Deus quem o escolhera, ao proporcionar a descoberta da imagem de Sua Mãe¹⁸.

É pois, um local cuja aspereza é adequada – como dirá Frei Manuel da Esperança –, «a quem trata do espírito para nelas [valas] contemplar a ingratidão dos homens, que não respondem a Deus com frutos de penitências, e a grande caridade com que ele sofre a sua obstinação».

Acorria o povo atraído pelos milagres, aumentava a devoção em redor da imagem de Nossa Senhora e da pequena ermida, numa amplitude geográfica que não conhecemos¹⁹. É nessa realidade devocional já estabelecida que D. Duarte irá intervir. O primeiro passo será entregar a casa à Ordem de São Francisco da Observância²⁰.

¹⁷ «loco humido et paludoso» (*Reg. Suppl.* 229, fls. 61-62, publ. por Eduardo NUNES, *Política hospitalar de D. Duarte*, ed. cit., doc. 6 (§ 3).

¹⁸ Acreditemos nós ou não na exigência sobrenatural da fundação de uma ermida, cujos peregrinos justificarão o hospital, é claro que não se trata de um capricho de D. Duarte – como imprudentemente afirma Eduardo NUNES, *Política hospitalar de D. Duarte*, ed. cit., 689) –, mas de uma exigência derivada da fé.

¹⁹ Um dos milagres que conhecemos foi a libertação de um prisioneiro natural de Beja que, pemoitando em Povos a caminho da corte (então em Alcoentre, Almeirim, Santarém, v. Humberto Baquero MORENO, *Itinerários de el-rei D. Duarte (1433-1438)*, Lisboa, 1976, 43s.), se encomendou a Santa Maria das Virtudes. Assim, ou a fama do santuário chegara à comarca de Entre-Tejo-e-Odiana ou, o que é mais provável, alguns dos vizinhos encarregues da sua guarda e transporte o aconselharam a encomendar-se à Senhora. V. Carta de D. Duarte, Alenquer, 26 de Julho de 1435, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [IAN/TT], *Chanc. D. Duarte*, Liv. 3, fl. 87.

²⁰ A referência à Observância é somente de 1428 (*Reg. Suppl.* 229, fls. 61-62): «fratrum ordinis Minorum de Obseruancia». Do ponto de vista oficial, os observantes só são juridicamente separados dos claustrais em 1747... Assim, a expressão deverá ser entendida como referida a franciscanos que praticavam o modo de vida «observante» (autorizado desde Fr. Paulo de Trincis) sob a égide canónica dos claustrais. A mesma interpretação deverá ser aplicada à informação dada por Frei Jerónimo de Belém (Frei Jerónimo de Belém, *Cronica Seráfica da Santa Provincia dos Algarves...*, Lisboa, 1750, Tomo I, 6) que a Observância chega a Portugal em 1399, e logo o rei os chama para reformar o convento de Alenquer. Segundo este cronista, concentram-se nos observantes as virtudes da prática da piedade e do amor ao próximo, enquanto que os claustrais se dedicavam sobretudo ao ensino das letras. De qualquer forma, Nossa Senhora das Virtudes surge como um dos conventos da

Frei Manuel da Esperança relaciona a fundação com uma promessa feita por D. João I e pelo infante durante a tomada de Ceuta, no contexto da grande devoção à Virgem e das orações dos franciscanos em prol do bom sucesso da conquista. Assim, a carta de doação teria sido logo dos inícios de Setembro de 1415²¹.

A carta de doação funcionou como verdadeira fundação, pois que assim é testemunhado ao papa em súplica concedida a 27 de Agosto de 1418²². Esta mesma súplica indicia algumas irregularidades: D. Duarte teria avançado com a fundação antes mesmo que o papa tivesse desligado o eremitério do padroado do mosteiro de Santos e da paróquia de Aveiras de Cima²³, com todas as consequências jurisdicionais e económicas.

Como disse, a súplica é favoravelmente atendida. Mas, a fazer fé em Frei Manuel da Esperança, o assunto só ficou resolvido após duas licenças papais, uma de 3 de Maio de 1419, outra de 15 de Maio de 1420.

Arrastaram-se, porém, as cláusulas relativas aos bens do prior da Igreja e, assim, só a 5 de Maio de 1429 se confirmou o contrato e fundação do mosteiro. O poder real irá emitir então uma carta de doação, datada de 3 de Julho de 1431 e confirmada a 4 de Abril de 1434²⁴, à Ordem de São Francisco, do eremitério de Santa Maria das Virtudes, com hortas, vinhas, pomares e ainda diversos paramentos e alfaias litúrgicas. Frei Manuel da Esperança diz que a entrega de todas as jóias e ornamentos que existiam na ermida foi feita ao

Observância numa listagem de 1517 (Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica...*, Tomo II, 100).

²¹ Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica...*, 572 transcreve a carta de doação, da qual desconhecemos a existência em arquivo.

²² *Reg. Suppl.* 117, fls. 99-99v e 100, publ. por Eduardo NUNES, *Política hospitalar de D. Duarte*, ed. cit., I, doc. 5.

²³ É muito habitual em D. Duarte este modo de proceder, isto é, em assuntos eventualmente polémicos, primeiro actuava e só depois pedia licença ao papa (v. Margarida Garcez VENTURA, *Igreja e poder no século XV em Portugal. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas (1385-1450)*, Lisboa, 1997, *passim*. No que diz respeito às uniões de igrejas, e já depois de várias polémicas, D. Duarte consegue aprovação do papa para o seu critério de união de certas igrejas: o critério era a capacidade de sustentação de um pároco. O papa concorda, mas esclarece bem a quem compete executar essas uniões ou anexações: ao bispo. E nas igrejas do padroado? É aí que se insere a iniciativa favorável a Santa Maria das Virtudes: por iniciativa do rei, com a anuência do bispo. De facto, D. Duarte roga ao arcebispo de Lisboa que se digne unir, anexar e incorporar a de S. João do Cartaxo à Igreja de Santa Maria de Aveiras, como compensação da perda das rendas de Santa Maria das Virtudes.

²⁴ Outra a 25 de Julho de 1440, IAN/TT. *Chanc. D. Af. V*, Liv. 20, 69v, *Estremadura*, Liv. 10, fl. 78-78v e *Extras*, fl. 190-192. Cfr. Também a já citada carta de 2 de Abril de 1434.

provincial dos franciscanos, através de Frei Gil Lobo, um franciscano confessor do infante²⁵.

Estamos, pois, perante um fenómeno devocional espontâneo e popular que, surgindo em 1403, levará mais de um quarto de século até ficar encerrado do ponto de vista canónico; diríamos mais: no plano económico, só em 1437 D. Duarte irá compensar a Igreja de Santa Maria de Aveiras pela tomada da ermida de Santa Maria das Virtudes e das respectivas rendas para o mosteiro franciscano, tudo isto feito com o consentimento da comendadeira de Santos, de cujo padroado era a Igreja de Aveiras. A compensação faz-se através da doação do padroado – que pertencia ao rei – da Igreja de São João do Cartaxo à Igreja de Santa Maria de Aveiras²⁶.

A afluência de peregrinos, muitos deles doentes em busca de cura milagrosa, era tal, que o infante decidiu fundar aí um hospital para acolhimento dos pobres. De facto, distando o lugar três milhas de qualquer povoado, dificilmente os devotos de Nossa Senhora conseguiriam uma casa para repousar e, se necessário, encontrar auxílio para os seus padecimentos. A par com a fundação do hospital – de que desconhecemos a data – D. Duarte irá conseguir de Martinho V, a 30 de Setembro de 1428, a necessária autorização para que os frades aí possam confessar e administrar outros sacramentos, assim como proceder a enterramentos no cemitério do hospital²⁷. Frei Manuel da Esperança menciona ainda a construção de passos régios ordenada também por D. Duarte.

Diversos documentos dão-nos testemunho do afã de D. Duarte na edificação do mosteiro e do conjunto que formava com o hospital. Logo no primeiro ano do seu reinado podemos verificar o incremento das obras já iniciadas e o modo como nos fiéis se incentivava a generosidade. Assim, a 4 de Outubro de 1434, mediante súplica de D. Duarte, o papa concede indulgências a quem der esmolas para a conservação dos edifícios²⁸. Por outro lado, D. Duarte, em carta mais tarde confirmada pelo regente D. Pedro, irá isentar de portagem o pão e outros bens dados em esmola pelos fiéis cristãos a Santa Maria das Virtudes²⁹.

²⁵ Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica...*, ed. cit, I, 573 só menciona a carta de 2 de Abril de 1434, copiada nos *Extras*.

²⁶ Carta de D. Duarte, Santarém, 14 de Março de 1437, IAN/TT, *Estrem.*, Liv. 11, fl. 120-120v.

²⁷ A. S. V., *Reg. Lat.* 283, fls. 12-12v, publ. por Eduardo NUNES, *Política hospitalar de D. Duarte*, ed. cit, doc. 1. Cfr. Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica...*, ed. cit, I, 575-576.

²⁸ A. S. V., *Reg. Suppl.* 299, fl. 61-63.

²⁹ Carta régia, Évora, 24 de Nov. de 1449, IAN/TT, *Estr.*, Liv. 8, fl. 255v.

Pena é que já nada reste dos edifícios do mosteiro, paço e hospital, dos quais, aliás, já não havia rasto no tempo de Frei Manuel da Esperança³⁰. Das marcas ainda visíveis vos dará conta a segunda parte deste trabalho.

A par do documento vaticano acima referido, outras mercês conhecemos que, do tempo de D. Duarte, se prolongam pelo reinado de D. Afonso V, e que testemunham a existência de obras no mosteiro. São elas as isenções de impostos, de servidões do concelho e de serviço na guerra, concedidas aos homens (moradores nas povoações próximas), que servirem nas suas obras³¹.

É quase inexistente a documentação que atesta a grandeza fundiária, as transações comerciais e a vida económica em redor do mosteiro. No entanto, podemos considerar verdadeiro tudo quanto Frei Manuel atesta, por comparação com outras casas religiosas, embora de maior dimensão³². A organização do temporal do mosteiro exigia homens que o servissem em diversos mesteres. Tal como as grandes casas religiosas conseguiam do rei raros privilégios e isenções, de forma a recompensar os serviços prestados ou a incentivar a dedicação, assim sucedeu com Santa Maria das Virtudes. Chegou até nós notícia de alguns homens que serviam este mosteiro em ofícios não discriminados ou em serviços bem precisos: transporte de mercadorias, alfaiate, padeiro, curador da roupa³³.

³⁰ *O. c.*, 575-576.

³¹ Carta régia, Santarém, 2 de Junho de 1434 (conf. a 2 de Julho de 1442), concedendo a Vicente Anes, isenção de pagar fintas, peitas e talhas enquanto servir na obra do mosteiro (IAN/TT, *Chanc. D. Af. V.*, Liv. 23, fl. 94v); Carta régia, Leiria, 14 de Junho de 1441, isentando João Rodrigues do Vale de Pimenta, vedor das obras de Santa Maria das Virtudes, de servidões do rei e do concelho, isenção de aposentadoria e de servir na guerra (IAN/TT, *Chanc. D. Af. V.*, Liv. 27, fl. 24); Carta régia, Leiria, 15 de Junho de 1442 (conf. a 26 de Junho de 1444) concedendo a João Ferreira, morador em Alcoentre, vedor das obras de Santa Maria das Virtudes, que não sirva na guerra e que fique isento dos encargos do concelho (IAN/TT, *Chanc. D. Af. V.*, Liv. 35, fl. 53, e liv. 24, fl. 75v-76).

³² Referimo-nos, por ex., ao mosteiro de Alcobaça ou ao cabido da sé de Braga, estudados, respectivamente, por Iria Gonçalves e José Marques.

³³ A somar ao que escreve Fr. Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica...*, ed.cit, I, 579): carta régia, Almeirim, 7 de Nov. de 1450, concedendo a João Lourenço Farto, servidor do mosteiro, morador na Azambuja, que não sirva na guerra nem nos encargos do concelho, e que tenha isenção de aposentadoria (IAN/TT, *Chanc. D. Af. V.*, Liv. 34, fl. 174); carta régia, Évora, 24 de Nov. De 1449, concedendo que um mancebo de soldada que queira servir com as bestas do mosteiro, não sirva na guerra e isenção dos encargos do concelho (IAN/TT, *Estrem.*, Liv. 6, fl. 172v); carta régia, Santarém, 2 de Junho de 1434 (conf. a 2 de Julho de 1442), concedendo a Vicente Anes, isenção de pagar fintas, peitas e talhas enquanto servir na obra do mosteiro (IAN/TT, *Chanc. D. Af. V.*, Liv. 23, fl. 94v); com as mesmas datas e quota arquivística, isenção a Afonso Anes, alfaiate e que amassa pão e lava roupa para o mosteiro, de pagar peitas, talhas, pedidos e serviços do concelho, salvo nas obras dos muros, pontes e calçadas, isenção de aposentadoria e de serviço na guerra.

Enfim, e a todas as doações de D. Duarte atrás referidas, há ainda a acrescentar, por parte de D. Afonso V, a proibição de qualquer pessoa matar os pombos numa légua em redor do mosteiro³⁴ e uma grande entrega, que nos parece ser a primeira de várias anuais, de grande quantidade de panos, alimentos, açúcar e ferro³⁵.

Segundo Frei Manuel da Esperança, os bens mais directamente relacionados com o culto divino – ermida, convento e as respectivas alfaias e móveis – foram entregues aos franciscanos. No que dizia respeito a terras de pão, pomares, vinha, olivais, esmolas, rendas e outros bens que a Regra Franciscana não podia possuir, D. Duarte e D. Afonso V³⁶ guardaram para si o senhorio, entregando em esmola, através do almoxarife, tudo quanto o guardião lhe solicitasse. Este processo de separação entre bens ligados directamente com o culto e outros bens materiais – que ficavam sob o senhorio do rei ou de leigos – foi um processo muito frequente e que, assumindo diversas soluções, se integrava em toda um política de relacionamento entre Igreja e Estado implementada por D. Duarte.

A tudo isto se acrescentava o cuidado com as multidões de romeiros que a 8 de Setembro, dia em que a Igreja celebra a Natividade da Virgem e nas outras festividades de Nossa Senhora, acorriam ao santuário, porventura o mais frequentado do reino³⁷, e que era necessário alojar e alimentar. D. Duarte teria mandado construir um alpendre para abrigo dos peregrinos; D. Afonso V – que Frei Manuel da Esperança apelida de «conservador do convento» – ordenou a abertura de estalagens para o seu acolhimento.

Também D. Duarte ordenou ao padeiro que tivesse alimentos em abundância para vender aos peregrinos³⁸. Mas, como essa medida não fosse suficiente, D. Afonso V incrementou a vinda de vendedores através da quitação de sisas. É em redor do dia 8 de Setembro e suas vésperas que se organiza uma feira, desenvolvida a partir da possibilidade de ser frequentada em paz por homiziados. Foi ainda D. Afonso V que mandou construir alpendres que podiam abrigar as diversas boticas³⁹ e ordenou a intervenção dos seus oficiais encarregues da supervisão das actividades económicas (almoxarifes) e da justiça (corregedores) nas prevaricações dos frequentadores do santuário.

³⁴ Carta de 24 de Nov. de 1449, em que se declaram os pombos «bens coutados» (IAN/TT, *Estr.*, Liv. 8, fl. 256v; cfr., Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica...*, ed. cit. I, 580).

³⁵ Carta régia, Lisboa, 5 de Julho de 1450 (IAN/TT, *Chanc. D. Af. V*, Liv. 34, fl. 127v).

³⁶ Frei Manuel da Esperança, *Historia Serafica...*, ed. cit., I, 577 e 578.

³⁷ Opinião de Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica...*, ed. cit., I, 576.

³⁸ Cfr. A cit. Carta de 2 de Abril de 1434.

³⁹ Privilégio que tem paralelo em toda a fenomenologia das feiras. Cfr. Virgínia RAU, *Feiras Medievais Portuguesas*, 2ª ed., Lisboa, 1983, 42s.

Santa Maria das Virtudes converte-se num santuário sob a protecção (e intervenção) da realeza como, mais tarde, se passará com o Santuário de Nossa Senhora da Nazaré. A sua «fortuna» testemunha também a espiritualidade franciscana observante dos reis portugueses de quatrocentos, quiçá com destaque para D. Duarte⁴⁰.

Será a preferência pelos franciscanos que conduzirá D. João II e D. Leonor a visitarem devotamente três casas religiosas franciscanas, após a morte do príncipe D. Afonso, em 1491. Uma dessas casas foi Nossa Senhora das Virtudes⁴¹, já visitada em 1484 pelo rei, possivelmente em agradecimento por ter escapado à morte por envenenamento⁴².

Fugindo à peste, D. João II percorria as terras vizinhas de Lisboa. Acompanhado por um grupo de cortesãos, o monarca dirigiu-se para o mosteiro de Santa Maria das Virtudes, onde a sua presença está testemunhada a 1 de Março de 1493. Não fora a exiguidade da casa franciscana, e teria sido aí que se daria o encontro entre o Príncipe Perfeito e Cristóvão Colombo⁴³.

Desconhecemos as razões que terão levado à diminuição da devoção em redor do santuário, que, segundo Frei Manuel da Esperança, ainda mereceu obras e esmolas por parte de D. Manuel. Terá havido o desvio das rotas de peregrinos para outros santuários, num fenómeno de alteração de preponderâncias devocionais muito frequente ao longo dos séculos⁴⁴.

Terminamos com a constatação de que, a memória de Santa Maria das Virtudes permanece viva entre os actuais «vizinhos» da freguesia de Aveiras de Baixo. Para isso tem contribuído o interesse dos autarcas, quer da Junta de freguesia⁴⁵, quer do município da Azambuja, este através da promoção de trabalhos de prospecção arqueológica. O resultado destes trabalhos constitui a referida colaboração dos arqueólogos, que se segue.

40 Manuela MENDONÇA, *O Franciscanismo dos monarcas do século XV*, in *Actas dos I-II Seminários. O Franciscanismo em Portugal*, Lisboa, 1996, 139-152, 151-152.

41 Cfr. Frei Manuel da Esperança, *Historia Serafica...*, ed. cit., II, 454; Garcia de RESENDE, *Vida e Feytos del Rey Dom Joam Segundo*, Lisboa, 1798 (aliás Lisboa, 1991, 241).

42 J. Veríssimo SERRÃO, *Os Itinerários de El-rei D. João II*, Lisboa, 1993, 165.

43 J. Veríssimo SERRÃO, *Os Itinerários...*, ed. cit., 489 e *Cristóvão Colombo em Vale do Paraíso (9 a 11 de Março de 1493)*, Vale do Paraíso, 1993.

44 Por analogia, ver as considerações de Pedro PENTEADO (*Peregrinos da Memória. O santuário de Nossa Senhora de Nazaré. Contribuição para a história de um santuário português (1600-1785)*), Lisboa, Lisboa, 1998 e *A Senhora da Berlinda. Devoção e Aparato do Cirio da Prata Grande à Virgem de Nazaré*, Ericeira, 1999) a respeito do santuário de Nossa Senhora da Nazaré.

45 Durante os festejos em honra de Nossa Senhora das Virtudes foi proferida uma conferência sobre o santuário, a qual viria a ser publicada no *Boletim de Freguesia* (Janeiro de 2000, nº 7).

II

Não foi sem surpresa que recebemos o gratificante convite da Professora Margarida Garcez, tendo em vista a realização de um trabalho de parceria sobre um sítio arqueológico situado na nossa área de residência: o Mosteiro de Santa Maria das Virtudes. Foi então com agrado que decidimos encarar este desafio, o qual constitui também uma aliciante empresa, em cuja realização nos empenhámos com afinco, visando a obtenção de resultados profícuos.

Um trabalho conjunto com estas características assenta, sobremaneira, na complementaridade das partes envolvidas. Deste modo, tendo sido expostos, na primeira parte deste texto, o contexto histórico e o ambiente religioso-espiritual vigentes nos momentos em que se procedeu ao início do culto a Santa Maria das Virtudes e à erecção de um monumento religioso com estruturas de apoio adjacentes, relacionado com esse mesmo culto, é agora tempo de verificar se os dados arqueológicos e arquitectónicos disponíveis consubstanciam as fontes medievais e modernas que nos fornecem úteis informações acerca do Mosteiro das Virtudes. Este ponto dos trabalhos será precedido de um breve enquadramento geográfico e geológico do sítio, assim como de uma exposição (não excessivamente detalhada) quer dos aspectos arquitectónicos mais relevantes e dos resultados das escavações empreendidas no convento, quer das fases de construção do mesmo.

O ponto dos trabalhos referente aos resultados decorrentes da recolha de materiais aquando das escavações não terá, contudo, nem a dimensão nem a profundidade ou pertinência inicialmente previstas, ficando afectados, de alguma forma, os resultados e as conclusões que lográmos alcançar. Para tal muito contribuíram a incipiente quantidade de publicações que deveriam trazer a público os resultados das recentes intervenções arqueológicas levadas a cabo, bem como a inexistência de estudos aprofundados publicados, que tenham como objecto de estudo os materiais arqueológicos exumados nas escavações abaixo expostas⁴⁶.

⁴⁶ Tendo em mente o acrescentar de informações válidas ao estado da questão, tivemos o inicial intento de estudar uma pequena amostra dos materiais cerâmicos extraídos durante as acções no terreno. Assim, contactámos o Dr. Guilherme Cardoso, solicitando-lhe a concessão de autorização para o estudo e publicação dos materiais que seleccionáramos, numa perspectiva pautada pela necessidade de ser o mais abrangente possível no que à realidade artefactual do sítio diz respeito. Contudo, estávamos conscientes que, dessa amostra, não seria possível retirar qualquer tipo de ilação ou conclusão definitivas, pois que ela, como resulta óbvio, devido à sua própria natureza, não seria nem representativa e correspondente nem espelharia a totalidade do conjunto dos artefactos exumados. Confrontado com o nosso pedido, o Dr. Guilherme Cardoso viu-se obrigado a recusar conceder-nos a autorização que pretendíamos por prever publicar em breve um estudo dos materiais retirados durante a campanha que dirigiu em 1997, em parceria com o Dr. Carlos Banha.

Assim sendo, o nosso trabalho incidirá, somente, sobre a campanha de 1995, dirigida pelo Dr. João Ludgero Marques Gonçalves.

Imóvel de interesse concelhio, o mosteiro de Santa Maria das Virtudes localiza-se no distrito de Lisboa, concelho de Azambuja, freguesia de Aveiras de Baixo, lugar das Virtudes (coordenadas hectométricas HTM: $x - 514.9$ e $y - 4326.6$)⁴⁷. A sua implantação privilegiou uma área de solos dos tipos D e E, pobres para a prática de actividades agrícolas, constituídos por grés e areias, com argilas na base. Situa-se, então, na extremidade de uma suave encosta imediatamente delimitada a sul por terrenos aluvionares do rio Tejo hoje em dia aproveitados para a prática de uma agricultura intensiva, não só de regadio, mas também de sequeiro. Para norte verificam-se áreas florestadas, predominando a cultura do eucalipto e da oliveira.

O edifício tal como é hoje conhecido é constituído por uma capela-mor, uma nave, uma pequena capela lateral erguida no lado Sul e por várias dependências com ligação directa pela parede norte sendo que estas seriam constituídas por um piso térreo e por um outro piso elevado.

Referimos acima que o sítio foi já alvo de várias intervenções arqueológicas. A primeira delas, em Junho de 1995, sob a direcção do arqueólogo João Ludgero Marques Gonçalves, visou essencialmente a limpeza e desentulhamento do local, que à altura se encontrava coberto de vegetação e com algumas portas e janelas entaipadas.

Assim, na capela-mor junto à parede sul, foi feita uma pequena sondagem que pôs a descoberto o resto de um portal ogival que se encontrava parcialmente soterrado, assim como o pavimento de tijoleira e a soleira que o servia. Segundo o arqueólogo responsável este pode corresponder ao primitivo piso desta parte do monumento – não obstante ter-se posto a descoberto, em condições precisas, um pavimento de argila⁴⁸ –, a que se seguiram outras fases de pavimentação. Posteriormente foi construído neste espaço um altar elevado por três degraus, cujo pavimento era constituído por lajes de pedra e o seu enchimento composto por uma mistura de terra arenosa com pedras de pequena dimensão, cobrindo as construções anteriores⁴⁹.

A capela lateral foi também desentulhada, tendo-se posto à vista o pavimento de tijoleira que se encontrava já muito destruído, a que não será

⁴⁷ Cf. Carta Militar, folha n.º 377, escala 1:25000, Serviços Cartográficos do Exército, 1970.

⁴⁸ Este piso de argila poderia ser identificável com o original pavimento da primordial construção de madeira abaixo referida. No entanto carece de fundamento que o comprove. Esperemos que a realização de futuras intervenções *in loco* forneçam dados úteis para o esclarecimento desta questão.

⁴⁹ J. L. M. GONÇALVES, *A igreja das Virtudes (Aveiras de Baixo - Azambuja)*, in *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 2, 1995, 78.

alheio o facto de alguns vestígios documentados apontarem para a sua utilização como residência familiar em época indeterminada, embora recente⁵⁰. Não obstante, Adelaide Bota sugere a possibilidade deste espaço ter desempenhado funções de casa mortuária⁵¹.

A intervenção de 1995 abrangeu também o portal principal, que não só foi desentapado, como também foi posto a descoberto na totalidade. Os trabalhos proporcionaram também a descoberta de duas colunas com os respectivos capitéis⁵².

Ossadas humanas, cobrindo uma camada de azulejos, pensa-se que dos séculos XV a XVII, foram retiradas do exterior sul da Igreja, área a que se convencionou chamar de «corredor» por estabelecer uma ligação entre dois portais: um situado na capela-mor, virado a sul, ainda entaipado, o que não só o torna visível apenas no interior, como também impossibilita o acesso à capela-mor; o outro, situado na parede este da capela lateral, encontra-se desobstruído⁵³.

O exterior norte e este da capela-mor foi também escavado, sendo que a grande maioria das terras que o cobriam eram de época bastante recente. Não obstante, foram colocadas à vista, nesta área, uma série de estruturas que funcionariam como apoio ao mosteiro. Entre estas contam-se uma caleira destinada ao escoamento de águas residuais, bem como muros delimitadores da área das dependências anexas ao convento⁵⁴.

Ocorrida a aparição de Nossa Senhora da Virtudes, os documentos falam-nos da erecção de uma primeira construção em madeira⁵⁵, da qual não se verifica qualquer evidência no registo arqueológico, facto justificável pela extrema perecibilidade da matéria-prima utilizada.

A esta primitiva edificação, segue-se a erecção de um edifício de características mais perenes, ainda durante o século XV a mando de D. Duarte, o qual constitui actualmente a capela-mor do edifício. Ao que tudo indica, as

⁵⁰ J. L. M. GONÇALVES, *A igreja das Virtudes (Aveiras de Baixo - Azambuja)*, in *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 2, 1995, 77-78.

⁵¹ Adelaide BOTA, *Igreja do Convento de N. S. das Virtudes*, Azambuja [...], 83-84.

⁵² J. L. M. GONÇALVES, *A igreja das Virtudes (Aveiras de Baixo - Azambuja)*, in *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 2, 1995, 80.

⁵³ J. L. M. GONÇALVES, *A igreja das Virtudes (Aveiras de Baixo - Azambuja)*, in *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 2, 1995, 80.

⁵⁴ J. L. M. GONÇALVES, *A igreja das Virtudes (Aveiras de Baixo - Azambuja)*, in *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 2, 1995, 80-82.

⁵⁵ J. L. M. GONÇALVES, *A igreja das Virtudes (Aveiras de Baixo - Azambuja)*, in *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 2, 1995, 77.

evidências arqueológicas parecem indicar nesse mesmo sentido, uma vez que, nos níveis mais antigos, atestam um piso de tijoleira acompanhado de alguns exemplares de azulejos cuja tipologia alude ao século XV⁵⁶.

O terramoto de 1581 pode ser o fundamento para uma primeira elevação do altar, o qual tornaria a ser sobrelevado no século XVII cobrindo todos os estratos de épocas anteriores e impossibilitando o acesso por meio da porta ogival ao exterior. Ainda durante o século XVII e prolongando-se até ao século XVIII ter-se-á procedido à colocação de azulejos e talha dourada forrando a totalidade da capela-mor⁵⁷.

No século XVI procedeu-se ao acrescento da nave da igreja, sendo desta mesma centúria a construção tanto de um arco triunfal como da porta principal do monumento. O coro alto situado sobre o portal principal e com acesso à parte Norte do convento terá sido construído já durante o século XVII⁵⁸, indo de encontro à data de 1624 documentada na soleira da porta principal⁵⁹ e que nos faz remontar a uma fase de remodelação e reconstrução, possivelmente forçada pela ocorrência do terramoto de 1620⁶⁰.

Aquando da primeira intervenção arqueológica foram identificadas algumas lápides funerárias que apontam para enterramentos cujo lapso de tempo ocorre entre a segunda metade do século XVI e o início do último terço do século XIX; esta informação permanecerá no entanto incompleta visto que em muitas das lápides não são legíveis as datas⁶¹.

Paradigmático das diferentes fases de construção parece ser a estratigrafia registada pelo arqueólogo João Ludgero Marques Gonçalves na sondagem feita na capela-mor do monumento. Uma primeira camada, formada por azulejos do século XV retirados da parede do edifício, é imediatamente sobreposta por um nível de ossadas, provavelmente de sepulturas provenientes da parte exterior do mosteiro. Este estrato, por sua vez, é coberto por um outro constituído, essencialmente, por materiais de construção, o que à partida parece dizer respeito à terceira remodelação do edifício⁶².

56 J. L. M. GONÇALVES, *A igreja das Virtudes (Aveiras de Baixo - Azambuja)*, in *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 2, 1995, 78.

57 Adelaide BOTA, *Igreja do Convento de N. S. das Virtudes*, Azambuja [...], 86.

58 Adelaide BOTA, *Igreja do Convento de N. S. das Virtudes*, Azambuja [...], 86.

59 Adelaide BOTA, *Igreja do Convento de N. S. das Virtudes*, Azambuja [...], 102.

60 J. L. M. GONÇALVES, *A igreja das Virtudes (Aveiras de Baixo - Azambuja)*, in *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 2, 1995, 83.

61 Adelaide BOTA, *Igreja do Convento de N. S. das Virtudes*, Azambuja [...], 93-100.

62 J. L. M. GONÇALVES, *A igreja das Virtudes (Aveiras de Baixo - Azambuja)*, in *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 2, 1995, 83.

No que diz respeito à capela lateral, são do século XV os azulejos encontrados bem como o portal gótico e o pavimento em lajes de pedra. Na sequência do terramoto de 1531 ter-se-á processado também nesta zona uma possível remodelação que resultaria na edificação da abóbada de cruzaria de ogivas, no arco de volta perfeita e na colocação de cunhais exteriores e gárgulas de canhão. No século XVIII parece ser adicionado à capela uma sala com cobertura em abóbada de berço e parapeito superior⁶³.

Um pertinente aspecto levantado por Adelaide Bota diz respeito à identificação de semelhanças no talhe da pedra e na ornamentação de pormenor no Mosteiro de Santa Maria das Virtudes e no Mosteiro da Batalha. A esta situação, não deverá ser alheio o fenómeno, apontado pela mesma autora, de recruta de técnicos dos grandes estaleiros de obras, deslocando-os para outras regiões onde ocorrem construções de edifícios⁶⁴, os quais, ainda que de uma menor imponência e dimensão arquitectónicas, não deixam de desempenhar um importante papel não só aos níveis social e religioso, como também no níveis económico e político.

Através das escavações levadas a efeito no Mosteiro de Santa Maria das Virtudes foi possível sugerir o início do século XV como data provável de fundação deste importante local de culto, não somente de índole local e regional, mas também nacional, pois a ele acorriam indivíduos do Norte e Sul de Portugal.

É igualmente constatável que a implantação do mosteiro nesta localização reflecte, ao fim e ao cabo, o espírito e o *modus vivendi* das ordens mendicantes, fazendo da Igreja de Nossa Senhora das Virtudes, um protótipo da arquitectura mendicante de ambiente rural portuguesa⁶⁵.

Os materiais de construção utilizados como matéria-prima, que chegariam ao estaleiro das obras por via fluvial, além de poderem espelhar a existência de poucos recursos financeiros que custeiem uma obra desta envergadura, são elucidativos e sintomáticos do voto de pobreza pregado e mui experimentado pelos franciscanos. De facto, privilegiou-se a construção das paredes em alvenaria mista, utilizando-se a alvenaria de pedra aparelhada sobretudo em cunhais, mas também no interior e exterior da parede nascente da pequena capela, áreas onde é impreterível uma maior consistência das paredes. Tijolo artesanal, tijoleira, telha de canudo, cal e azulejo também estão presentes

⁶³ Adelaide BOTA, *Igreja do Convento de N. S. das Virtudes*, Azambuja [...], 86.

⁶⁴ Adelaide BOTA, *Igreja do Convento de N. S. das Virtudes*, Azambuja [...], 88-90.

⁶⁵ Adelaide BOTA, *Igreja do Convento de N. S. das Virtudes*, Azambuja [...], 73.

no conjunto de materiais utilizados na erecção do edifício religioso de que falamos. A madeira local foi também utilizada⁶⁶.

Para finalizar, não será demais lembrar que dados o estado actual dos conhecimentos, bem como o avançado estado de degradação do edifício, não só se justificaria a realização de mais algumas campanhas de escavação, como também urgia empreender uma política de conservação e consolidação do monumento, senão mesmo optar pelo seu restauro. Apenas desta forma se consegue conhecer o passado e, simultaneamente, permitir às gerações vindouras que comunguem da cultura material e monumental que os seus antecessores tiveram ao seu dispor.

Margarida Garcez Ventura*
Carlos Oliveira, Raul Pereira**

Abstract:

This paper aims at introducing the sanctuary's history, since 1427, when the future King, D. Duarte, started to protect a small chapel built by shepherds, after the hierophany of a miraculous Virgin's image.

We are going to follow the evolution of the sacred place, that is, to trace the material conditions - such as donations, buildings - which enabled its religious intencionality.

This work is divided in two parts: one based on written documents, and the other concerning the most recent local archaeological excavations.

⁶⁶ Adelaide BOTA, *Igreja do Convento de N. S. das Virtudes*, Azambuja [...], 113-123.

* Professora Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

** Alunos de História - Variante de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa.

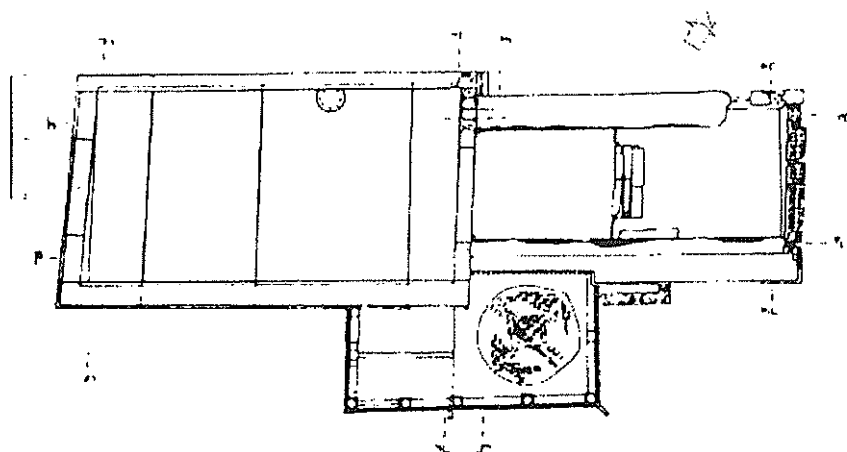


Fig. 1 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Planta ao nível da cobertura.
(Desenho de Adelaide Bota).

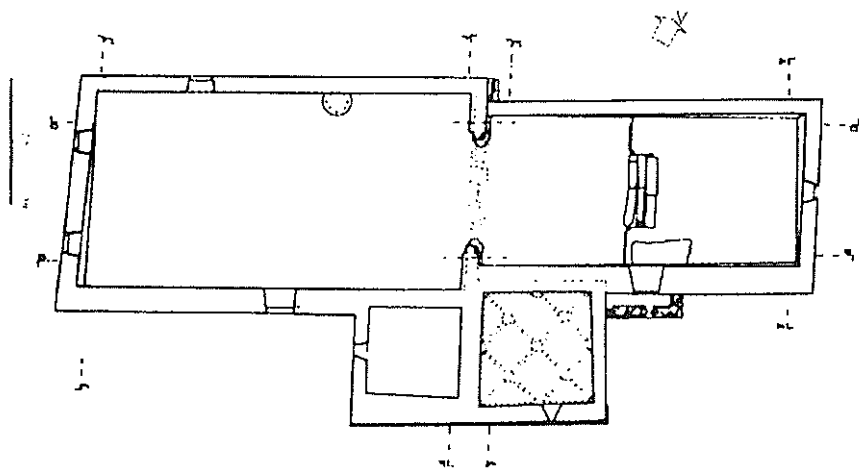


Fig. 2 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Planta ao nível dos vãos superiores.
(Desenho de Adelaide Bota)

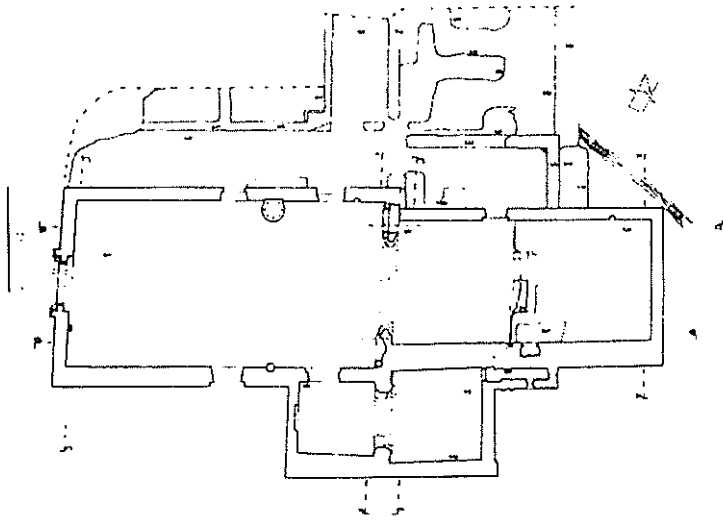


Fig. 3 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Planta do piso térreo.
(Desenho de Adelaide Costa)

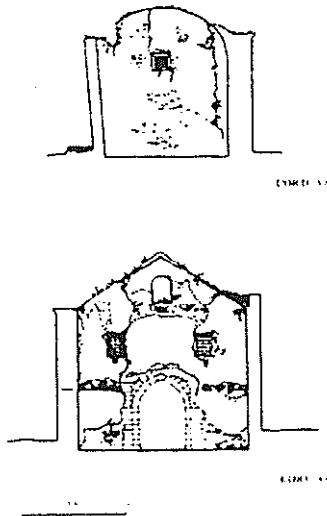


Fig. 4 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Cortes.
(Desenho de Adelaide Bota)

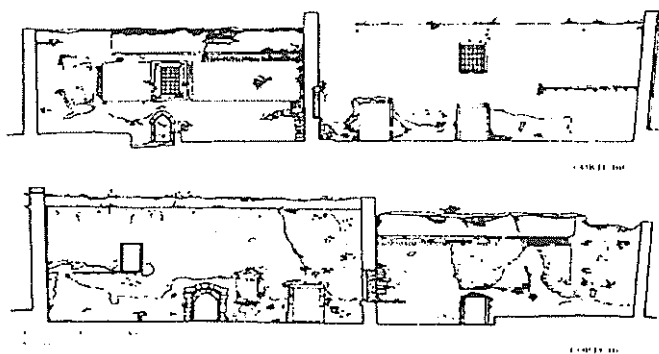


Fig. 5 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Cortes.
(Desenho de Adelaide Bota)

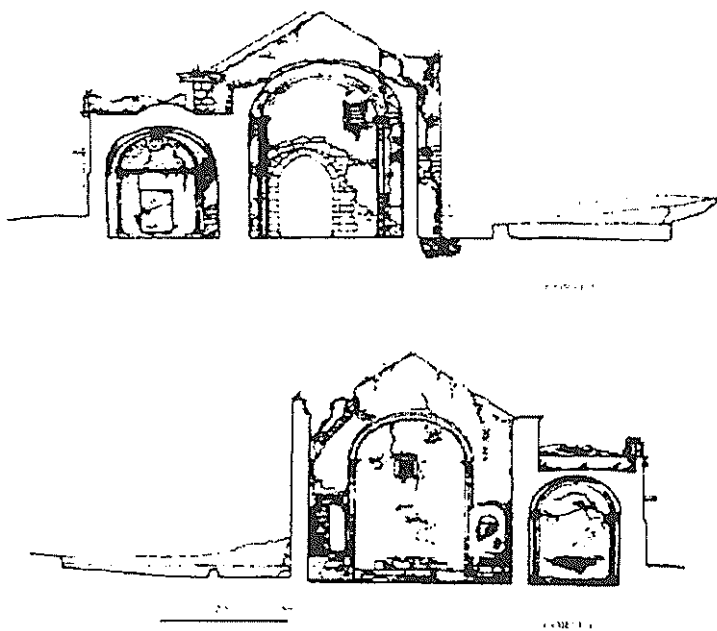


Fig. 6 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Cortes.
(Desenho de Adelaide Bota)

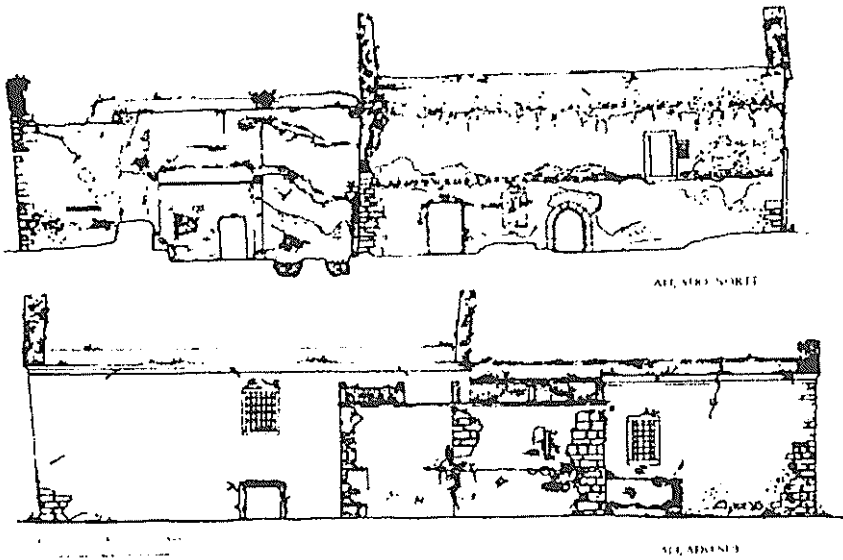


Fig. 7 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Alçados.
(Desenho de Adelaide Bota)

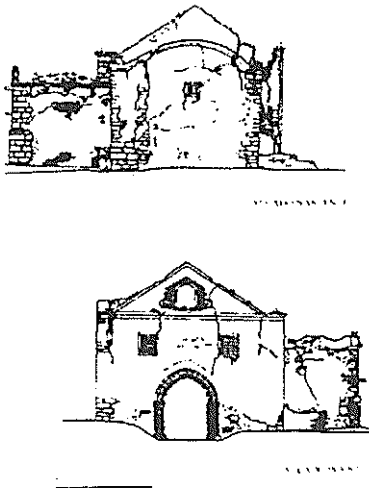


Fig. 8 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Alçados.
(Desenho de Adelaide Bota)

